

ente

Oriente

Ocidente

Ori

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Manuel Cadafaz de Matos*
Universidade de Lisboa

A IMPRENSA AO SERVIÇO DO PADROADO PORTUGUÊS
do Oriente na China dos séculos XVII e XVIII:
NOS 350 ANOS DO NASCIMENTO DO IMPERADOR KANGXI
(1654-1722)

In memoriam Pe. Manuel Teixeira

Pelas pesquisas desenvolvidas entre as décadas de 1940 e 1960 pelo Pe. Manuel Teixeira*¹, torna-se possível estabelecer, com precisão, uma relação dos Bispos e governadores de Bispado que durante mais de século e meio - ou seja, entre 1606 e 1760 - presidiram aos destinos da Igreja na China, mais precisamente em Macau.

A produção tipográfica nos territórios evangelizados tanto pelos missionários portugueses como outros de várias potências europeias naqueles séculos XVII e XVIII, encontra-se estreitamente associada a uma organização eclesiástica exigente por parte dos religiosos visitantes. Estes, muitas vezes em condições vivenciais ainda rudimentares, fixavam-se nesses territórios com o fim de propagar os valores do Cristianismo.¹ Faziam-no também, de algum modo, como um (outro) tipo de apoio - ou *braço pacífico* - ao poder político europeu que aí se implantava.

É sabido que essas forças eclesiásticas de penetração também foram desenvolvendo uma política cultural. Para além da aprendizagem das línguas nativas pelos missionários, foi-se também verificando uma aproximação cultural e até linguística que deu frutos através da impressão de vários livros, quer pelo modelo tradicional europeu quer pelo modelo chinês.

* Docente universitário (Prof. Associado) em Lisboa. Professor Catedrático convidado do Department de Disseny i Imatge da Universidade de Barcelona. Director da associação Centro de Estudos de História do Livro e da Edição e da *Revista Portuguesa de História do Livro - (Estudos Sinológicos)* (XVI).

¹ A hierarquia que presidiu aos Bispados da China e de Macau foi analisada em síntese pelo Pe. Manuel Teixeira (a quem rendemos aqui as nossas homenagens, pela sua morte em 15 de Setembro de 2003), in *Macau e a sua Diocese*, III, *As Ordens e Congregações Religiosas em Macau* (Macau, Tipografia Soi Sang 1956-1961) 9-10.

Faculdade de Letras i Universidade de Coimbra

Sendo dados à estampa numa conjuntura sócio-cultural e política muito específica, esses livros são o reflexo de uma civilização europeia que, por uma via de certo modo *dialogante*, vai entrando em contacto com outras culturas diferenciadas. Isso explica que transpareça de imediato nessas mesmas obras, até para o leitor comum, uma preocupação de compreender o *outro* através da sua cultura, do seu modo de ser, da sua *forma mentis*. Importa de facto conhecer cada vez melhor esses povos visitados - nalguns casos, conquistados - para tomar ainda hoje tal diálogo possível.

Essas obras que vão sendo impressas no território da grande China, em tais períodos seiscentista e setecentista — como já na época precedente (desde 1588) - não poderão, pois, ser analisadas numa perspectiva simplista. Terão que ser perspecti vadas, assim, tendo em conta uma multiplicidade de factores, que vão desde a organização e administração eclesiásticas, às directrizes impostas aos evangelizadores, às limitações (designadamente ao nível linguístico) da sua acção.

Importa serem perspectivados, de igual modo, os próprios condicionalismos que se levantam, ao nível das sensibilidades, das mentalidades, ou do ser e agir num dado espaço e num dado tempo. Há que realçar, com efeito, que estes missionários europeus procuram contrapor uma cultura e uma espiritualidade *superior*, muitas vezes desconhecendo os aspectos mais nobres das estruturas espirituais e culturais dos seus antagonistas.

Afirmando-se como os mandatários de uma política expansionista - ao nível da afirmação da fé católica naquelas distantes paragens da Ásia - estes religiosos (jesuítas, dominicanos, franciscanos e outros) são o *braço forte*, a legitimidade executiva daqueles que impõem, no Ocidente, essas mesmas leis dessa expansão europeia. Eles são um outro tipo de *baluarte* que assegura - com base em alguns princípios (alguns deles hoje discutíveis por alguma historiografia demarcada do pensamento da época)- a missão de dar a conhecer a fé em Cristo.

Tratava-se do cumprimento de uma missão espiritual, também eivada de algumas preocupações humanizantes, é um facto. Essa acção naquelas regiões da Ásia Sínica só podia, no entanto, ser consumada, com a cobertura das instâncias políticas.

É óbvio que tais trabalhos missionários privilegiaram, nessas primeiras centúrias de acção local, sobretudo as regiões do litoral. Essa é uma questão manifestamente estratégica, na medida em que, em casos de dificuldades ou de serem atacados pelos seus antagonistas, melhor podiam escapar-se por via marítima.

Vê-se assim que a política de evangelização, em terras do Padroado português, só se opera com a cobertura específica das duas grandes instâncias: a da Igreja de Roma e a da Coroa portuguesa. Iremos perspectivar deste modo - nos quadros que se seguem (nas próximas páginas) e ao nível das várias instâncias administrativas e eclesiásticas em presença - a produção tipográfica missionária ocorrida nesses dois séculos aqui referenciados.

Haverá que estabelecer, porém, todo esse caudal de acção e saber tipográfico, tendo em vista a criação da diocese de Goa. Fora já, com efeito, em 1534 que o papa Paulo III, pela Bula *Aequum reputamus*, criara tal diocese. Teve em vista a acção eclesiástica e missionária que já vinha sendo desenvolvida nessas paragens pelos missionários europeus, em particular pelos portugueses. E é nesse âmbito ou enquadramento jurídico-eclesiástico que terá de se situar já a primeira série de campanhas missionárias que os religiosos portugueses desenvolveram em terras do Indostão, em meados do século XVI. A acção tipográfica, de pendor missionário, desenvolvida por religiosos portugueses, ou espanhóis, franceses e italianos, nessas paragens, ao longo dos séculos XVII e XVIII - e de que adiante nos ocuparemos - não pode hoje ser pensada, com efeito, fora desse mesmo foro jurídico-eclesiástico, ou seja, fora da organização da própria Igreja nessas terras do gentio industânico. Daí que se revista, a nosso ver, de particular significado, o referido diploma promulgado já em 1534 por Paulo III.

157

1 - As dioceses da China e de Macau

A diocese de Macau, como observou o Pe. Francisco Rodrigues², tinha sido erigida em 1576, pelo papa Gregório XIII, após se criarem as dioceses de Cochim e de Malaca. Interessando a este estudo apenas a produção tipográfica na China a partir de inícios do século XVII, pode referir-se que a mais antiga edição ocorrida nesses dois séculos naquele grande império data de 1620, tendo sido produzida em Macau.

Apreciamos assim a produção tipográfica deste período, no âmbito da estrutura eclesiástica naquele território específico. Importa, para esse efeito, passar em revista as formas de organização dos bispados então criados pela Cúria romana para aquela região.

O Pe. Manuel Teixeira indica, primeiramente, a existência de um Bispado da China (até 1689) e, só a partir desse ano, um Bispado de

² Carta do Pe. Francisco Rodrigues, datada de 2 de Fevereiro de 1937, dirigida ao Pe. Manuel Teixeira e publicada por este in *Macau e a sua Diocese*, II. *No Ano dos Centenários da Fundação e Restauração*, (Macau, Imprensa Nacional 1940) 73-74.

Manuel Cadafaz de Matos

Macau³. Em relação ao primeiro, assinale-se a acção do governador desse bispado, Fr. Miguel dos Santos, O.S.A. Seguiu-se-lhe o Pe. António de Morais Sarmiento, que governou até 1689.

No que concerne ao segundo bispado, o de Macau, teve o início das suas actividades em 1690. Foi nos começos seu titular o Pe. José da Silva. Este bispado desenvolveu a sua acção até aos finais do século XVIII, sendo o último governador D. Marcelino José da Silva, em exercício desde 1791.

No período de que aqui nos ocupamos foram impressas, nos espaços confinados às dioceses da China e de Macau, algumas dezenas de obras de interesse para a história da presença portuguesa na região. De todas estas, porém, apenas serão perspectivadas - em termos de registo catalográfico (e pelo contributo para a história da imprensa cristã na região) - cerca de dezena e meia de obras.

Como a análise a estes livros cristãos impressos na China não pode ser feita independentemente da organização eclesiástica (em termos de clero de origem europeia), importa apreciar, nos quadros que se seguem, os vários bispados então existentes na região, bem como os respectivos titulares. Foi no âmbito da sua administração eclesiástica - e como um significativo contributo europeu (também) à civilização chinesa deste período - que grande parte destas obras veio a ser impressa na região.

158

CHINA [Bispado da China]

Períodos de presença espiritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
(1576-1598)	[1576 ⁴] Bula <i>Super Specula</i> (23 Jan.), de Gregório XIII, cria diocese de Macau		
(1599)	[1600] Const ^o . <i>Onerosa</i> : todos os miss ^{os} . têm de partir de Lisboa quando seguem para Oriente	[1599] Frei Miguel dos Santos, O.S.A., governador do Bispado da China (em subst ^o . do Pe. Manuel Aguiar, que por sua vez sucedera ao gov. do Bispado D. Pedro Martins).	
(1600)			

³ Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. II ant. cit., 10.

⁴ Casimiro Cristóvão Nazaré, in *Mitras Lusitanas no Oriente, Catálogo Cronológico Histórico dos Prelados da Igreja Metropolitana de Goa e das Dioceses Sufragâneas*, (Nova Goa, Imprensa Nacional 1887) 44, estabelece que tal não sucedeu em 1576 mas em 1575.

CHINA [Bispado da China]

Períodos de presença espi-ritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
I-1601-1607	(Entretanto em 1606 Paulo V erigiu no Índustão o Bispado de S. Tomé de Meliapor)	Fr. Miguel dos Santos, gov. do Bispado da China	
II-1607-1615 [1615] D. João da Piedade deixa Bispado e regressa a Portugal		D. João Pinto da Piedade, O.P., Bispo da China em Macau	
Fr. António do Rosário, Governador do Bispado da China	[1626](Ag.º ou Out.º.) papa Urbano VIII nomeia D. Diogo Valente para o Bispado de Macau		I-1 [1620] I-2 [1632]
IV-1630(?) -1631-1633 [1633] Morre D. Diogo Valente em Macau		[1630(?) -31]] D. Diogo Valente toma, de facto, posse do Bispado de Macau (ver retrato I)	I-2 [1632]
V-1634-1650		Fr. Francisco de Sena, O.P. (1634) Fr. Pedro de S. João Baptista, O.P. (1637-38), gov. do Bispado Pe. Luís Borges (1638) gov. Bispado. Pe. João P. Mourato (1639-1640), gov. do Bispado Fr. Bento de Cristo (1640-1643), gov. do Bispado Pe. Manuel Fernandes (1643-1646) gov. do Bispado Fr. Manuel dos Anjos, O.S.A. (1650) gov. do Bispado	

CHINA [Bispado da China]

Períodos de presença espiritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
VI-1651-1689 [1653] Morre na China o Pe. Francisco Furtado, que deixa inv. ^o de <i>livros feitos na China</i>		Fr. António de Cristo (1651) eleito Bispo da China Pe. Paulo da Costa (1667) eleito administrador do Bispado da China Fr. Miguel dos Anjos, O.S.A. (1671-1675) Governador do Bispado da China Pe. António de Morais Sarmiento (1675-1689), Governador do Bispado da China	I-3 [1662] I-4 [1667] I-5 [1671] I-6 [1673] I-7 [1678]

CHINA [Bispado de Macau]

Períodos de presença espiritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
I-1690-1753		1. [1690-1692] Padre José da Silva (Governador do Bispado)	
		2. [1690-1753] D. João do Casal (ver retrato II) (Últ ^o s. 11 anos, D. Eug ^o . Trigueiros) (ver retrato III)	I-10/11 [1703] I-13 [1712] I-15 [1718]
II-1739-1752		1. [1740-1742] Pe. José Gonçalves Pereira (Gov. do Bispado)	
		2. [1739-1752] D. Hilário de Santa Rosa, O.F.M. (ver retrato IV)	



D. Diogo Valente



D. João do Casal

III



D. Eugênio Trigueiros, Agostinho

IV

Manuel Cadafaz de Matos

CHINA [Bispado de Macau]

Períodos de presença espiritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
III-1752-1789	1773- Clemente XIV, pelo breve <i>Dominus ac Redemptor</i> (de 17 de Junho) suprime a Companhia de Jesus	1. [1752-1772] D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (ver retrato V)	
		2. [1765-1774] Pe. Francisco Vaz (Governador do Bispado)	
		3. [1772-1789] D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães (ver retrato VI)	
		4. [1780-1791] Pe. António Jorge Nogueira (gov. do Bispado)	
IV-1789-1800 (até 1802)		1. D. Marcelino José da Silva (ver retrato VII)	

A Imprensa ao serviço do Padroado Português no Oriente

V



D. Bartolomeu Manuel Mendes

VI



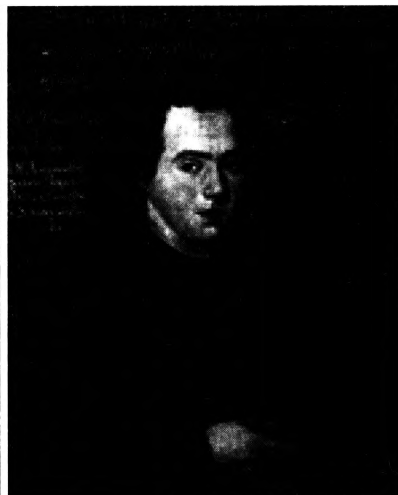
D. Alexandre Guimarães

VII



D. Marcelino José da Silva

VIII



D. Alexandre de Gouveia

163

2- As dioceses de Pequim e Nanquim

As dioceses de Pequim e de Nanquim - às quais os portugueses também deixaram os seus nomes associados, na qualidade de missionários-evangelizadores - denotam, por seu lado, características verdadeiramente diferenciadas.

Em Pequim a presença dos religiosos portugueses, em termos de organização eclesiástica (ao nível de Bispado mas não só), é mais duradoura. No âmbito da acção missionária tipográfica, verifica-se que esta é vasta e prolongada.

Entretanto em Nanquim essa mesma acção tipográfica é, indiscutivelmente, mais efémera. Neste âmbito - e considerando-se este período extensivo até às décadas do século XIX - ela apresenta poucos resultados.

A diocese de Pequim foi criada por Alexandre VIII, como se viu, no último quartel do século XVII, ou seja, em 10 de Abril de 1690. Antes dessa data, porém, os missionários portugueses (e outros europeus) viram-se confrontados com as maiores adversidades na missão civilizacional a que metiam ombros. As mais gravosas foram, sem dúvida, as perseguições aos missionários durante o período vulgarmente designado dos quatro Regentes, em particular no ano de 1662. Essas afrontas obrigaram os religiosos a ir procurar refúgio em Cantão⁵.

Só no reinado de Kangxi essa situação de adversidade foi alterada. Este imperador chinês, que nascera em Maio de 1654⁶ - e sobre o qual Nathalie Monnet / Bernard Führer⁷ e Pierre Arizzoli-Clémentel⁸

164

⁵ Louis Pfister, *Notices Biographiques et Bibliographiques sur les Jésuites de l'ancienne Mission de Chine, 1552-1773* tomo I, secs. XVI e XVII, (Xangai 1932), 362 (nota).

⁶ Sobre a figura e obra de Kangxi remete-se para Louis Frédéric, *Kangxi, Grand Khan de Chine et Fils du Ciel*, Paris, Ed. Arthaud, 1985. Assinale-se que este imperador (tendo sido empossado quando ainda tinha apenas 7 anos) se manteve à frente dos destinos da China até à sua morte em 1722.

⁷ *Empereur Kangxi (Poèmes), Jiao Bingzhen (Peintures sur soie), Le Gengzhitu, Le livre du riz et de la soie, Présenté par Nathalie Monnet, Traduit du chinois par Bernard Führer*, (Paris, Éditions Jean-Claude Lattès 2003).

⁸ *Kangxi, la Cité interdite à Versailles*, Château de Versailles, catálogo sob a direcção de Pierre Arizzoli-Clémentel, Paris, RMN / C. de V., 2004. Assinale-se ainda que em 1992, em Lisboa, tinha sido editado pela Fundação Oriente o catálogo de uma exposição (na Galeria de Pintura do Rei D. Luís), intitulado *A Cidade Proibida / The Forbidden City*, onde se apresentam também alguns contributos de particular interesse sobre o imperador Kangxi.

trouxeram recentemente alguns contributos bibliográficos inovadores - desde muito cedo se mostrou receptivo às acções evangelizadoras dos religiosos portugueses (e outros) que ali se encontravam e que, até há tão pouco tempo, haviam sido severamente reprimidos. A ele se ficou a dever o *Édito de tolerância*, de 23 de Março de 1692⁹, obviamente favorável à propagação da fé cristã naquele império.

A liberalização das acções evangelizadoras por parte de várias congregações religiosas europeias na China levaria em breve, porém, ao aparecimento de algumas questões que, nalguns casos, pouco contribuíram para dignificar a difusão do Cristianismo naquelas paragens.

Em 1704 estava a questão dos ritos chineses no auge. Face à situação verificada, o papa Clemente XI fez seguir para a China um seu delegado, o Cardeal de Tournon, Patriarca de Antioquia.

Oito anos depois, a Bula *Exquo Singularis*, de Bento VIII, confirmando a doutrina de Clemente XI, ordena que o nome de Deus se expresse em chinês por Tien-chu (Senhor do Céu). Eram então proibidos o uso das palavras *Tien* (Céu) e *Xang-Ti* (Supremo moderador), indicadoras do deus designado dos idólatras, e a inscrição *Kieng-Tien* (adora ao Céu).

A mesma Bula decretava, de igual modo, que ninguém pudesse pregar nem administrar os santos Sacramentos na China, escreve o Conde de la Viñaza¹⁰, sem prestar, "como hoje mesmo se faz, juramento de obediência a este decreto pontifício". Dez anos depois da publicação dessa bula encontrava-se em Goa (1722), o novo bispo de Nanquim, M. Jesus Maria.

As lutas por uma afirmação hegemónica entre missionários franceses e portugueses não podem, aqui, deixar de ser também relevadas¹¹. A nomeação, em 1776, por parte do rei de França (presumível-

165

⁹ Enquanto Louis Frederic, in *op. cit.*, 216, refere, para o *Édito de tolerância*, a data de 23 de Março (de 1692), Louis Pfister refere que o mesmo foi emitido em 22 de Março do mesmo ano.

¹⁰ Conde de Viñaza, *Escritos de los Portugueses y Castellanos referentes las lenguas de China y el Japon. Estudio Bibliográfico* [Congresso Internacional de Orientalistas, Lisboa, 1892], (Saragoça, Imprensa "La Derecha" 1892) 86.

¹¹ Essa luta hegemónica também está patente no relato que o *cronista* Lord Staunton - que acompanhou o embaixador britânico Lord Macartney na sua embaixada à China em 1793 - estabelece dos factos que presenciou. E, curiosamente, a sua inclinação vai muito mais a favor dos franceses que dos portugueses. A edição - a cargo de Alain Peyrefitte - continua a patentear essa mesma inclinação. Ver Alain Peyrefitte, *L'Empire Immobile ou le Choc des Mondes* (obra dedicada à memória de Fernand Braudel...), (Paris, Fayard 1989).

mente com conhecimento do próprio papado), do Pe. François Bourgeois, levantou também sérios problemas. O Pe. Bourgeois foi nomeado nesse ano, com efeito, Superior de Pequim e administrador de toda a missão francesa na China. Ao mesmo tempo o Pe. Yang chinês - mas que fizera estudos em França¹² - era nomeado procurador da Coroa francesa em Cantão. E, uma vez mais, o relacionamento entre instâncias religiosas portuguesas e francesas tendia para tensões cada vez mais notórias.

Um significativo resultado de capacidade diplomática portuguesa foi a nomeação, em 1782, de D. Frei Alexandre Gouveia para Bispo de Pequim¹³. De salientar, no entanto, que este já era o período do verdadeiro declínio da acção evangelizadora dos portugueses (e vários religiosos de outras nações) na Ásia Extrema. O império português, desde há muito que, de facto, agonizava.

Se na "Cronologia da produção tipográfica de inspiração cristã" - que adiante apresentamos - a última obra tipográfica (como impressa em terras da China) data de 1718, importa salientar que, em outras regiões mais para o sul e sudoeste, essa imprensa missionária continuava a fazer-se sentir, de alguma forma.

Prova do que afirmamos é o facto de na região de Tonquim, em 1730, o Padre Julian Baldinotti, jesuíta de Pistoia, Itália, ter feito reimprimir a obra *Tien tchou che i so pien*, suplemento a *Tien tchou che i* (Verdadeira Doutrina de Deus), do Padre Matteo Ricci, obra publicada em 1601¹⁴.

Assinale-se ainda que, em relação à vivência missionária neste período na região, é conhecida nova documentação recente. Em um leilão ocorrido em Lisboa em Julho de 2004¹⁵ o Estado português adquiriu vários documentos¹⁶ de um período situado entre 1752 e 1766.

12 Louis Pfister, *op. cit.*, vol. II, 938.

13 Manuel Cadafaz de Matos, "Frère Dom Alexandre de Gouveia et Dom Caetano Pires Pereira: les voies de la religion et de la culture dans un diocèse de Pékin en mutation" [1ª. versão, abreviada, de 1986; posteriormente apresentada ao *Huitième Colloque International de Sinologie de Chantilly*, França 1995], 1ª. edição in *Revista Portuguesa de História do Livro*, n.º. 12-13-14, (Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição 2004) 55-90.

14 Conde de la Viñaza, *op. cit.*, 86-87.

15 Remete-se para o catálogo do leiloeiro Pedro de Azevedo, *Livros e Desenhos, Gravuras e Manuscritos da Biblioteca Salema Garção*, Lisboa, 2 de Junho de 2004, 81, n.º 597 (ver n. seguinte).

16 Diocese de Nanquim, século XVIII, 9 documentos em 1 vol. (32 em): "O volume inclui 8 documentos (cartas, alvarás e atestações) de D. Godofredo Lambekowen, bispo de Nanquim (jesuíta, natural de Viena de Áustria, confirmado a 15 de Novembro de

A Imprensa ao serviço do Padroado Português no Oriente

À semelhança do que fizemos atrás - ao estabelecermos mapas cronológicos onde se articulam os governadores dos Bispados da China e de Macau com a produção tipográfica de inspiração cristã nessas paragens - também em relação aos Bispados de Pequim e de Nanquim importa agir da mesma forma. São estes quadros que também aqui deixamos à consideração do leitor.

CHINA [Bispado de Pequim)

Períodos de presença espiritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
			I-6** [1675]
I-1690-1704	[1690] Constituição <i>Romani Pontificis</i> , do Papa Alexandre VIII, erige (em 6 de Abril) o Bispado de Pequim		I-8 [1700] I-9 [1701/2] I-12 [1704] I-12*[1704]
II-1704-1718	[1704] Clemente XI condena os ritos <i>chineses</i> , enviando ao Celeste Império, para que se cumpra o seu mandato, o Cardeal de Tourmon		I-13 [1712] I-14 [1717]
	[1712] Bula <i>Ex quo singularis</i> , de Bento XIV, confirma doutr. ^a de Clemente XI; ordena que o nome de Deus se expresse em chinês por <i>Tienchu</i> (Senhor do Céu)		

167

1752). As cartas são dirigidas ao Dr. Joaquim Borges de Figueiroa, beneficiado da Igreja Patriarcal de Lisboa. Documentos datados de Kao-Kia-Ken, Ho-Nan, Lo-Ye-Nien e Nanquim, entre 22 de Maio de 1763 e 18 de Agosto de 1766. Inclui ainda uma carta de justificação de Manuel Lopes Correia, Juiz das Ordens e das Justificações da cidade de Macau, dirigida ao mesmo destinatário, datada de Macau, 16 de Dezembro de 1765 (6 p.)”.

CHINA [Bispado de Pequim]

Períodos de presença espiritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
III-1718-1776		1. [1776] Pe. François Bourgeois é nomeado neste ano, em 30 de Novembro, por uma disposição do Rei de França (presum.te com consentimento. papal), Superior da Missão em Pequim	
IV-1776-1781	[1779-1781] Bula de reconhecimento papal do Bispo nunca chega a Pequim	2. [1779] Pe. João Damasceno Salusti, reconhecido pelo rei de França como Bispo de Pequim. (Dirige a diocese até Set°. de 1781, período em que morre)	
V-1782-1800	[1782] É preconizado o Bispado de Pequim (22 de Julho) a D. Frei Alexandre de Gouveia, O.F.M.	3. [1783] D. Alexandre Gouveia confirmado e consagrado Bispo de Pequim, em Lisboa [1784](18 de Janeiro). Toma posse do Bispado, em Pequim. [Virá a morrer em 1808]. (ver retrato VIII)	

168

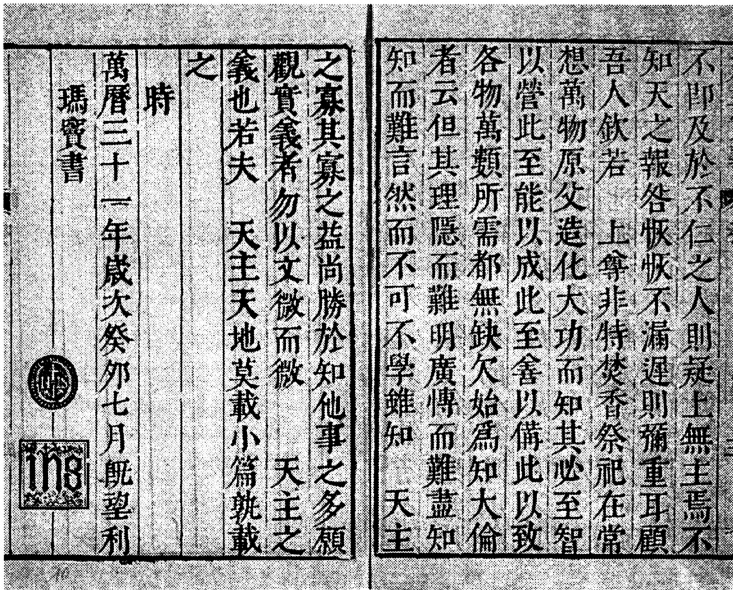
CHINA [Bispado de Nanquim]

Períodos de presença espiritual portuguesa	As bulas e a sua filosofia	Bispos e Governadores de Bispado	História da Imprensa / Edições
I-1690-1704	[1690] Bula do Papa Alexandre VIII (de 10 Abril) erige Bispado de Nanquim		
[1692] <i>Édito de tolerância de Kangxi</i>	[1696] Papa Inocêncio XII reduz esta diocese às duas províncias de Kiang Nan e de Ho-Nan	1. [1696] Padre Alexandre Ciceri toma posse (em 15 Outubro) desta diocese [Governa bispado até 1704, ano sua morte]	
II-1704-1718	[1707-1718] A Santa Sé não ratifica escolha de Bispo português	2. [c. 1707] Padre José Monteiro, escolhido pelo governo português para suceder ao Padre Ciceri, no cargo de Bispo de Nanquim. Morre em 1718 em Macau sem tomar posse	

3- Para uma cronologia da produção tipográfica de inspiração cristã na China (e em Macau) dos séculos XVII e XVIII

A apreciação destes quadros leva, pois, a uma impossibilidade de se separarem os níveis de acção dos bispos e governadores de bispado dos religiosos e leigos impressores ao seu serviço quer no território de Macau, quer no amplo império da China, neste segundo caso, em particular, mais ao longo da orla costeira.

Deixamos aqui, deste modo, a identificação das cerca de duas dezenas de livros impressos na China, sobretudo por missionários da Companhia de Jesus, naqueles dois períodos¹⁷. Trata-se, afinal, das obras atrás identificadas (do n.º 1-1 ao n.º 1-15+4*), na última coluna dos referidos quadros apresentados.



1-1 (1603), Catecismo

¹⁷ Os livros (de expressão cristã europeia) que passamos a identificar, como impressos em Macau e na China ao longo dos séculos XVII e XVIII encontram-se repertoriados na nossa dissertação intitulada *A Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa no Oriente nos Séculos XVII e XVIII*, dois tomos, (Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa 1990), (policopiado), em particular no vol II, pp. 26-27. Importa assinalar, ainda, que todo o presente estudo aqui apresentado constitui como que uma resenha de alguns dos pontos considerados fulcrais (em termos de síntese) da primeira parte dessa dissertação.

170



1-6** (1675), *Manuale ad Sacramenta ministranda* (1675)

I- Século XVII

1-1* - 1602 - *Mappamondo Ciñese*¹⁸/ *Mapa Mundi* [por Matteo Ricci (3ª. edição)]

Pequim, Comunidade da Companhia de Jesus.

1-1 **¹⁹ 1603 - *Catecismo* [por Matteo Ricci]

Pequim, Comunidade da Companhia de Jesus.

© Existente na Biblioteca Apostólica Vaticana. Opta-se aqui pela referência onomástica seguida pelo sinólogo Pe. Pasquale d'Elia, que editou este mapa, com um vasto e sugestivo estudo, em 1938 (edição rara, *in folio*, existente no CEHLE).

I⁹ As obras indicadas com um ou mais *, impressas embora nós períodos referenciados, não foram incluídas no Registo Catalográfico que produzimos no âmbito da nossa dissertação de 1990 a que aludimos em nota anterior.

1-1. 1620 - *Arte Breve da Lingoa Iapoa*

Macau, Colégio da Madre de Deus, Imprensa da Companhia de Jesus.

1-2. 1632 - *Centum Selecta Monita S. Matris Theresae* [Cem Conselhos Bíblicos (de Santa Teresa de Jesus)]

Província de Fou-Kien, San-Shang, Imprensa da Companhia de Jesus.

1-3. 1662 - *Sapientia Sínica Exponente P. Ignatio a Costa Lusitano*²⁰

Kienchang, Imprensa da Companhia de Jesus.

1-4. 1667 - *Sinarum Scientia Politico Moralis*²¹

Cantão [Iª. Parte]^{22*}, Imprensa da Companhia de Jesus.

1-5. 1671 - *Innocentia Victrix*²²

Cantão, Imprensa da Companhia de Jesus.

1-6. 1674 - *Liber Organicus / Para um Novo Esferograma [Instrumentos do Observatorio Astronómico]* (por Ferdinand Verbiest²⁴)

Pequim, Imprensa da Companhia de Jesus.

1-6* 1674 - *Mapa Mundi* (por Ferdinand Verbiest)

Pequim, Imprensa da Companhia de Jesus.

1-6** 1675 - *Manuale ad sacramenta ministranda iuxta ritum S. Rom. Ecc. Sinice*

²⁰ Seguimos, a partir desta obra, as indicações constantes da obra de Charles Boxer, "Some Sino-European Xylographic Works, 1662-1718", in *The Journal of Royal Asiatic Society*, n.ºs, 3 e 4, (Londres, Dezembro de 1947, 199-215. Aqui *Sapientia Sínica* apresenta-se como obra [1].

²¹ Charles Boxer, *op. cit.*, n.º. 2

²² Segundo Charles Boxer, in "A Tentative Check-List...", in *Arquivos* (1975), estabeleceu em relação a este livro - cuja Iª parte foi presumivelmente impressa em Cantão, no sul da China, no ano de 1667 - é muito provável que a segunda parte, em termos de trabalhos tipográficos, já tenha sido concluída (na itinerância do missionário impressor) na cidade de Velha Goa. É uma obra que se perspectiva, nestes termos, na sua atipicidade.

²² Charles Boxer, *op. cit.*, n.º. 3.

²⁴ Em termos de actualização bibliográfica - ou seja de obras produzidas por especialistas sobre aspectos particulares daqueles em que nos tínhamos ocupado entre 1986 e 1990 (para a nossa dissertação apresentada neste último ano) - pretendemos destacar, neste passo específico, a obra de Noël Golvers, *Ferdinand Verbiest, S.J. (1623-1688) and the Chinese Heaven*, Lovaina, Leuven University Press, col.º. "Leuven Chinese Studies"-XII, 2003. Neste interessante trabalho o autor descreve mais de 220 espécies bibliográficas, quase todas de proveniência europeia, das várias publicações astronómicas de Verbiest.

redditum a P. Ludovico Buglio Soc. I esu Pekim in Colleg. Eiusd. So. An.

1673

Shengshi lidian

Pequim, Imprensa da Companhia de Jesus.

I- 7. 1678 - *Epistola P. Ferdinand Verbiest (...) ad Socios Missa*²⁵

Pequim, Imprensa da Companhia de Jesus.

I- 8. 1700 - *Relatio Sepvulturae (...) S. FranciscoXauerio*[^]

Pequim (?), Imprensa da Companhia de Jesus.

Século XVIII

II- 9. 1701 (?) - *Brevis Relatio eorum, quae spectant ad Declarationem...*²⁷

Pequim-Cantão, Imprensa da Companhia de Jesus.

II-10. 1703 - *Arte de la Lengua Mandarin*²⁸ [de Fr. Francisco Varo]

Cantão, Imprensa da Companhia de Jesus.

-11. 1703 - *Brevis Methodvs Confessionis Instituendae*

Cantão, Imprensa da Companhia de Jesus.

172

II-12. 1704 - *Exemplar Epistolae R. P. Fr. Dominici Navarrete S. Ordinis Praedicatorum*²⁹

Pequim, Colégio da Companhia de Jesus, Imprensa da Companhia.

I- 12* 1704 - [*Reedição de Princípios de Doutrina Cristã*] *Jiao-YaiXulun*, de F. Verbiest, Pequim, Colégio da Companhia de Jesus, Imprensa da Companhia.

II- 13. 1712 - *Relación Sincera, y Verdadera, de la Justta defension de las Regalias y Privilegios de la Corona de Portugal en la Ciudad de Macao*^{^Q}

Heungshan [provavelmente Macau], Imprensa da Companhia de Jesus.

²⁵ Charles Boxer, *op cit.*, n.º. 4.

²⁶ Charles Boxer, *op cit.*, n.º. 5.

⁹⁷

Charles Boxer, *op cit.*, n.º. 6. Enquanto Boxer, que seguimos, considera esta obra de 1701, outros bibliógrafos consideram-na já de 1702.

²⁸ Charles Boxer, *op cit.*, n.º. 7.

²⁹ Charles Boxer, *op cit.*, n.º. 8.

⁵⁹ Charles Boxer, *op cit.*, n.º. 9.

11-14. 1717 - *Informatio pro Veritate Contra Iniquorem famam sparsam per Sinas*³¹

Pequim (?), Imprensa da Companhia de Jesus

11-15. 1718 - *Jornada, que o Senhor Antonio de Albuquerque Coelho (...) fez de Goa athe chegar a [Macau]*³²,

Heungshan [provavelmente Macau]³³.

Pelo exposto pode concluir-se que para os séculos XVII e XVIII, mais precisamente para o período situado entre 1602 e 1718 - isto é, num total de 116 anos - os bibliógrafos que se dedicam com regularidade ao estudo da História da Imprensa na China apontam, com um certo consenso, que os missionários europeus imprimiram ali, pelo menos, (e entre outras³⁴), duas dezenas de obras de particular importância, com recorrência também a línguas europeias, em grande parte no âmbito das suas acções de evangelização no terreno.

40 breve de Clemente XIV *Dominus ac Redemptor* de Junho de 1773 de extinção dos jesuítas e as suas consequências na China e em Macau

Uma interessante questão que hoje se pode perspectivar é sobre as razões da presumível *ausência* de obras impressas naquele território entre o referido ano de 1718 - data da última obra do censo de Boxer de 1947, a *Jornada...* - e, pelo menos, o ano de 1773 (17 de Junho), data da

173

³¹ Charles Boxer, *op. cit.*, n.º. 10.

³² Charles Boxer, *op. cit.*, n.º. 11.

³³ A estas indicações bibliográficas sumárias podem acrescentar-se, de algum modo, algumas obras editadas neste mesmo período (algumas delas relacionadas directamente com a missão na China e no Japão) em Manila, nas Filipinas. É o caso, entre outras, de *Relación de (...) la Vida, y Martyrio del (...) Padre Marcelo Mastrilli*, 1639(7)-1641 (?); *Relación del Illustre, y Glorioso Martyrio de Quatro Embaixadores Portugueses*, Manila, 1741; ou *Breve relación sobre la persecucion de nuestra Santa Fe en (...) la China*, 1751.

³⁴ É conhecido dos especialistas que não foram, obviamente, estas as únicas obras impressas pelos missionários europeus nesses dois períodos na China. Estas são, pelo menos, aquelas de que há testemunho documental nos nossos dias. Uma avaliação mais vasta dessa produção sinológica impressa, sobretudo por parte dos orientistas que conhecem a língua chinesa, pode ser perspectivada no catálogo impresso na obra de Louis Pfister (1833-1891), descrita atrás na nota 5; ou, ainda, numa pesquisa persistente dos fundos (que pertenceram aos jesuítas na China), existentes na Biblioteca Nacional de Pequim, onde pessoalmente desenvolvemos um intenso programa de pesquisas em 1994 e 1995.

dissolução da Companhia de Jesus³⁵. A nossa interpretação - e discutimos esse aspecto pessoalmente com o Prof. C. Boxer - vai no sentido de este bibliógrafo inglês, para aquele seu censo do *Journal of the Royal Asiatic Society*..., ter feito progredir o seu estudo, de um ponto de vista cronológico, apenas até 1718 (não tendo então presumivelmente tempo para chegar, na bibliografia euro-chinesa, até ao período da supressão da Companhia de Jesus na China).

Não procedemos ainda até ao momento - complementando o referido censo de Boxer de 1947 - a um desenvolvido estudo de ampliação do resultado das nossas pesquisas (finalizadas em 1990) sobre a produção bibliográfica na China entre 1718 e 1773³⁶. Cremos no entanto - considerando também obras desses missionários europeus em língua chinesa e, ainda, as pesquisas de Louis Pfister e do Conde de la Viñaza - que se poderá ampliar tal censo em, pelo menos, mais uma dezena de trabalhos.

Um aspecto de natureza diversa que importa também considerar é a expulsão dos jesuítas do território de Macau, em 1762 e a supressão da Companhia de Jesus, como organização eclesiástica de amplias dimensões, em 1773 pelo referido breve pontifício.

Em relação à primeira dessas questões, a saída forçada dos jesuítas do território macaense ocorrera já em 1762. Ao que estabeleceu o erudito português António Lourenço Farinha³⁷, tal concretizou-se ali por uma determinação do Vice-Rei da Índia, Conde da Ega, de 5 de Julho daquele ano³⁸. O acto mais visível nesse âmbito ocorreu com a prisão, durante a noite, do Reitor do Colégio de S. José³⁹, da Companhia de Jesus, Pe. Luís Sequeira.

174

³⁵ Sobre a supressão da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente XIV remete-se, entre numerosa bibliografia, para Pierre de Luz, *Histoire des Papes*, 2 vols., (Paris, Éditions Albin Michel 1960), em particular o texto dos sub-capítulos “Suppression de la Compagnie de Jésus” e “Le Bref *Dominus ac Redemptor*” in vol. II, 153-155 e 155-157.

³⁶ Isso para além dos resultados apresentados in M. C. Matos, *op. cit.*, 1990, vol. I, pp. 155-158, onde consideramos as obras então produzidas entre a década de 1721-30 e, pelo menos, a década de 1751-1760).

³⁷ António Lourenço Farinha, *A Expansão da Fé no Extremo Oriente*, vol. III, (Lisboa 1946) 186.

³⁸ Carlos Alexandre de Moraes, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau / Instituto Rainha Dona Leonor, col. “Documentos e Ensaios”, n.º 5, 1993, 208. O autor regista aí, a dado passo, que “a expulsão da Companhia de Jesus [de Macau] tem reflexos negativos na política luso-chinesa”.

³⁹ C. A. de Moraes, *loc. cit.*, é um dos diversos autores que alude a este facto. Estabelece ainda que, então, foram encerradas quer a igreja de S. José quer a de S. Paulo,

A Imprensa ao serviço do Padroado Português no Oriente

Um aspecto não menos importante é o da já referida extinção pontifícia da Companhia de Jesus em 1773 (naturalmente que também com reflexos na China). Importarão também ser considerados, decerto, os sucessivos períodos em que foi posto em execução, no Império da China, o breve de 1773 de extinção da Companhia de Jesus. Chegando tal documento por via marítima à China, estamos em crer que entre Março e Junho de 1774, a sua aplicação não poderia obviamente ser de efeitos imediatos.

Decorreram diversas fases entre meados dessa década de 70 e a segunda metade da década seguinte, no tocante à saída para a Europa - ou para diversas outras paragens - desses missionários (alguns deles também xilogravadores). Todos conhecem, com efeito, as perseguições de que foram alvo alguns desses jesuítas *resistentes* (que desde 1774 tinham optado em permanecer naquele território), sobretudo durante o ano de 1785. Decorreram assim, pelo menos, cerca de seis décadas até que estes mesmos ou outros jesuítas voltassem ao império da China*⁴⁰.

5 - Alguns dados para uma geografia cultural e tipográfica

O estudo de toda esta produção tipográfica europeia na China - ao longo de pelo menos 116 anos como referimos - não dispensa um enquadramento no âmbito de uma geografia cultural e tipográfica. É isso que iremos fazer neste capítulo, embora reconhecidamente de uma forma resumida.

Vejamos, em primeiro lugar, as condições climatéricas em que estes missionários difundiam os seus valores e, o que mais interessa aqui, imprimiam as suas obras.

Numa faixa paralela ao litoral até c. de 150 a 200 quilómetros de distância da linha costeira, o clima de monção - mesmo admitindo a variabilidade climática e a amplitude de Pequim (a Norte), a Cantão (no

não tendo assim continuidade as missões na China (que então contavam já com 300 mil católicos).

⁴⁰ É bem conhecido dos especialistas o período de 1843 quando os religiosos da companhia de Jesus se fixaram em Zi-Ka-Wei, nos arredores de Xangai, onde vieram a desenvolver uma importante acção tipográfica. Remete-se, a este respeito, para Manuel Cadafaz de Matos, História da Imprensa e da circulação das ideias religiosas na China entre os anos de 1892 e 1938: a imprensa do Orfanato de T'ou-Sè-We, perto de Zi-Ka-Wei, Xangai e a coleção “Varietés Sinologiques” na sua I.ª fase (com 4 anexos documentais)”, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, (Ano VI-VII, 2002-3), n.º. 12-13-14, (Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição / Edições Távola Redonda 2004).

Sul) - não torna(va) a realidade aí muito diferente daquela em que os evangelizadores/impressores laboravam do Indústão.

A situação na China - dado que os trabalhos bibliográficos missionários eram sobretudo impressos neste período com recorrência à técnica de *reprodução* xilográfica - obrigava a modelos de realização de um produto como este também diferenciado do da região indústânica.

Assim nas estações de maior condensação de humidade na atmosfera os missionários, resguardados, estariam apostados em conceber e realizar as *placas* ou *pranchas* xilográficas, de moroso e paciente fabrico. Os trabalhos de impressão propriamente ditos, estamos em crer, ocorreriam sobretudo em períodos de clima mais propício, menos húmido portanto.

Importa equacionar, de igual modo, alguns aspectos de natureza cartográfica. Apreciemos, neste âmbito, três perspectivas distintas: as opções por perspectivas ou análises de todo o mundo; as perspectivas de representação do império; e a particularização de uma dada região da China.

5.1. As perspectivas cartográficas do inundo

176

Em relação ao primeiro desses aspectos merece lugar de destaque, sem dúvida, o *Mapa Mundi* do Pe. Matteo Ricci, com a já referida 3ª. edição de 1602⁴¹ (presumivelmente concluída em Agosto desse ano) em Pequim.

Nessa nova e depurada versão do *Mapa Mundi*, xilografado, o Pe. Matteo Ricci sumariava os seus conhecimentos geo-cartográficos da China (na leitura do sinólogo Pe. Pasquale d'Elia) nestes termos:

La Cina è un re-/gno rinomato per lo splen-/dore della sua civillizzazio-/ne: esso e compreso / ira il 15°. e il 42°. grado. / paesi tribut ari / dei dintorni sono moltis-/simi. Questa Carta Generale contiene brevi indicazioni suile montagne e/ sui fiumi, suile provinde,/ e suile intendenze; per/il resto che qui non può / trovar luogo, vedi gl i A n-/nal i Generali e gl i Annali / Provinciali^{4^}.

⁴ Esta carta tivera a sua primeira versão - embora ainda um tanto incipiente - em Outubro de 1584. Foi então dada a conhecer no sul da China, sobretudo junto dos eruditos locais.

^{4^} *Il Mappamondo Cinese del P. Matteo Ricci. S.I. (Terza Edizione, Pechino, 1602), Conservato Presso la Biblioteca Vaticana, Commentato Tradotto e Annotato dal P. Pasquale M. d'Elia, Cidade do Vaticano, Biblioteca Apostólica Vaticana, 1938, "Parte*

Esta carta - estudada e dada a conhecer quer pelo referido Pasquale d'Elia quer por John Goss⁴³ e por bibliógrafos da Biblioteca Nacional da Áustria⁴⁴, entre muitos outros - apresenta seis quadros em 20 pranchas. Ela traduz, entre outros aspectos, a elevada preparação técnica e científica de alguns jesuítas como Ricci, inclusivamente no âmbito dos estudos geográfico-cartográficos.

Um pouco relacionado com este espírito de representação é outra carta chinesa - também estudada por Goss. Foi compilada por Liang Chou e impressa (também em blocos xilográficos) em Nanquim, em 1593-1594. Intitula-se *Quinqu wanguo quantu gujin renwu shiji*.

Nesta outra carta o autor procura estabelecer - naturalmente que seguindo a mentalidade e a cultura da época da chegada de Ricci à China - vários tipos de abordagens. Trata de delinear o céu e a Terra, os que imagina serem os países do mundo, bem como faz menção dos negócios que considera então mais prósperos.

5-2 Algumas das perspectivas de representação do império da China

Entretanto numa perspectiva cartográfica centrada no império da China nesses mesmos dois períodos seiscentista e setecentista, importa serem equacionadas, primeiramente, as informações que dali iam seguindo para a Europa.

Neste âmbito específico importa ter presentes, entre outros, os contributos cartográficos - de significativo recorte técnico e beneficiando de uma ampla difusão em termos de mercado europeu - postos em circulação a partir de algumas oficinas (não nos preocupando aqui com a leitura desses espaços então feita por cartógrafos lusíadas) como as dos actualmente designados por Países Baixos. Vejamos apenas dois casos concretos.

Em 1606 - quando nas distantes paragens da China Matteo Ricci ainda se encontrava activo como cartógrafo e xilogravador - na oficina de Gerard Mercator e de Jodocus Hondius, era editada a grande

seconda - *Tavole Geografiche (Testo originale e Traduzione), Tavolas XV-XVI* [Quadro IV-a].

⁴³ John Goss, *The Mapmaker's Art, A History of Cartography*, (Londres, Studio Editions 1993) 174-175. Este autor dá o título chinês a esta carta de *Kunya wanguo quantu*.

⁴⁴ "Matteo Ricci: Weltkarte, 1602/nach 1644", in *Kartographische Zimelien*, organização de Franz Wawrik, Helga Huhmel, Jan Mokre e Elisabeth Zeilinger, (Viena, 1995) 78-79 (extratexto).

carta India Orientalis⁴⁵. Nesta representação era dada uma particular ênfase à representação de toda a China.

De poucas décadas depois é o Grande Atlas do Mundo, de Joan Blaeu, presumivelmente um dos maiores senão o maior atlas editado até hoje. Comportando um total de cerca de seis centenas de cartas, saiu da oficina daquele técnico em 1662. Tal sucedeu precisamente no ano em que em Kienchang, na China, era editada xilográficamente a obra do jesuíta português Pe. Inácio da Costa⁴⁶ - referenciada no nosso presente estudo por 1-3. - intitulada precisamente Sapiëntia Sínica Exponente P. Ignatio a Costa Lusitano.

Apreciem-se, apenas, algumas dessas cartas de J. Blaeu. Uma delas, intitulada India quae Orientalis dicitur, et insulae adiacentes⁴⁷, é respeitante (para além do Indostão e de várias regiões do Sião) às costas sul e leste do império da China. Noutras perspectivam-se o Imperio Sinarum Nova Descriptio⁴⁸, em termos de âmbito geral, Pecheli sive Peking Imperii Sinarum Provincia Prima⁴⁹, bem como as intituladas Xensi Imperii Sinarum Provintia Tertia⁵⁰, Xantung Sinarum Imperii Provincia Quarta⁵¹, Nanking, Sive Kiangnan Imperii Sinarum Provincia Nona⁵² e Fokien Imperii Sinarum Provincia Undecima⁵³.

178

5.3. A particularização parcial ou regional do império em áreas onde laboraram xilografadores e impressores

Passemos, agora, de uma perspectiva cartográfica globalizante do império da China para uma perspectiva parcial ou regional da China.

⁴⁵ John Goss, *op. cit.*, 97-100 (extra-texto).

⁴⁶ Este jesuíta português tinha dado entrada na China - segundo o mapa de Louis Pfister que antecede a sua histórica edição de 1932-1934 - em 1634, vindo a falecer quatro anos depois desta edição, em 1666. Encontra-se classificado (numa nossa edição de 2004) - na relação dos jesuítas que derem entrada na China, a partir do aludido Pfister - sob o número [34].

⁴⁷ Joan Blaeu, *Grande Atlas do Mundo, introdução, legendas e selecção de Mapas de John Goss* (a que atrás fizemos referência), versão portuguesa: (Lisboa, Editorial Verbo [em colaboração com a Real Sociedade Geográfica de Londres] 1990) 192-193.

⁴⁸ Joan Blaeu, edição cit., 210-211.

⁴⁹ *Idem*, 212-213.

⁵⁰ *Idem*, 214-215.

⁵¹ *Idem*, 216-217.

⁵² *Idem*, 18-219.

⁵³ *Idem*, 20-221.

Aprece-se, por exemplo, a representação (neste mesmo período) de uma região específica como a de Macau e Cantão, no sul da China.

Sobre o território de Macau, dispomos de uma carta - de desenho ainda incipiente embora - datada de 1626, e atribuída pelo orientalista Jack Braga⁵⁴ ao inglês John Speed. Tal ilustração, que J. Braga refere ter sido feita a partir de um esboço de um português que entretanto se perdeu, data, apenas, de duas dúzias de anos depois de publicada a versão definitiva do Mapa Mundi de Ricci, e de apenas seis anos depois de ter sido impresso em Macau - com o plantel tipográfico de caracteres móveis que entretanto viera do Japão - o livro *Arte Breve de Lingoa Iapoa* (de 1620).

Uma outra carta menos conhecida é a que representa a região portuária de Cantão e do Delta das Pérolas. Esta carta, realizada por um ou mais autores chineses - e que se faz acompanhar de algumas explicações nessa mesma língua (e que cremos se apresentam xilografadas) - foi produzida durante o século XVIII, em plena dinastia Qing.

Esta carta descreve e argumenta pela imagem (em termos semiológicos) uma visão (porventura mítica) muito pessoal dos seus autores. Representando uma região em que foi vastamente manifesta a acção tipográfica dos religiosos portugueses neste período, não deixamos de a incluir neste conjunto de registos iconográficos, a antecipar a leitura de um quadro (setecentista?) da colecção Crossman, referente a essa mesma região portuária de Cantão.

Considerando-se também aqui - nos três aspectos apresentados - a Cartografia como um elemento subsidiário de particular importância para a História da Imprensa (em particular para a disciplina da Geografia tipográfica e xilográfica), os elementos aduzidos permitem naturalmente uma focalização específica das áreas onde decorreu a acção destes impressores e xilografadores no império da China dos séculos XVII e XVIII.

6 - Da História da Imprensa à História da Leitura (breves reflexões ou linhas orientadoras)

A produção e a circulação de obras de expressão cristã na China - nos séculos XVII e XVIII - pode ainda ser perspectivada através

⁵⁴ Jack M. Braga, *Primórdios da Imprensa em Macau*, (Macau 1965) 20 [extratexto].

de remessas de obras europeias (sobretudo impressas) chegadas à China; e, ainda, de algumas relações de livros impressos nesse território que chegaram até aos nossos dias. Contam-se entre elas os inventários de algumas bibliotecas constituídas naquele território.

De um ponto de vista cronológico - em relação a um desses dois âmbitos - os mais antigos dados disponíveis para este primeiro período dizem respeito à chegada a Pequim, em meados de Agosto de 1604, da *Biblia Poliglota* de Christophe Plantin.

Quanto aos aludidos catálogos, uns deles manuscritos outros impressos, um dos de produção mais antiga foi, precisamente, o *Catálogo dos Livros da Procuradoria do Japão em Macau*, de 1615-1616. Esta fonte documental já mereceu criteriosos estudos a Yoshitomo Okamoto⁵⁵, Pe. Pierre Humbert-Claude⁵⁶ e Pe. Manuel Teixeira⁵⁷.

Já de 1633 é, por seu lado, o «Rol dos Livros que se acharam [em Macau] por morte do S.or D. Diogo Valente Bispo de Japão⁵⁸ na sua Livraria»⁵⁹.

A acrescentar ainda após os catálogos bibliográficos então produzidos na China o «Catalogus Librorum à Patribus nostris in Chinensis Ecclesiae incrementum conscriptorum». Este foi pela primeira vez dado à estampa por Athanasius Kircher em Amesterdão em 1667⁶⁰.

180

⁵⁵ Yoshitomo Okamoto, publicou in *Rekishì Chiri* (revista), em 1937, "dois catálogos pertencentes aos jesuítas de Macau, ou melhor, à Província dos Jesuítas do Japão". In Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. III, 313.

⁵⁶ Pe. Pierre Humbert-Claude editou in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Agosto de 1941, pp. 147-161, "um artigo sobre o primeiro catálogo dos livros da Procuradoria do Japão em Macau, publicado no Anuário de 1616". In Pe. Manuel Teixeira, *idem*, 313-314.

⁵⁷ Vide o já citado trabalho do Padre Manuel Teixeira, *idem*, vol. III, 313-325.

⁵⁸ Assinale-se que face às circunstâncias que neste período já se viviam no arquipélago nipónico - com as perseguições e martírio de religiosos europeus - este responsável pela diocese do Japão nunca chegaria a pisar o solo dessas ilhas, não tendo deixado de viver em Macau.

⁵⁹ Vide, de Manuel Cadafaz de Matos, o estudo "Alguns dados para a História da Leitura a partir de catálogos bibliográficos macaenses (1584-1700)", in *Actas do Congresso Internacional Missionaço portuguesa e encontro de culturas* [Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 30 de Abril - 3 de Maio de 1992], Lisboa, UCP, 1993, vol. II, 407-444.

⁶⁰ Athanasius Kircher, *China Illustrata*, 1ª edição, Amesterdão, 1667. Reprodução fac-similada a cargo de H.K. Kuloy, em Kathmandu, Nepal, Ed. Ratna Pustak Bandar, 1979. O *Catalogus* (sic) *librorum* figura in 117-121.

A Imprensa ao serviço do Padroado Português no Oriente

Há que ter presente, de igual modo, o «Catálogo dos livros que os nossos tem feito na China»⁶¹. Da responsabilidade do padre açoriano Francisco Furtado⁶² *, este catálogo - tendo por nós já sido divulgado⁶² - foi provavelmente redigido entre as décadas de trinta e quarenta do século XVII⁶⁴ *.

Para uma História da Leitura seiscentista e setecentista naquele território evangelizado por europeus importa também ter em conta os livros ali recebidos, inclusive os provenientes de Lisboa. Vejamos primeiramente, neste âmbito, alguns aspectos das relações diplomáticas (inclusivamente no domínio da cultura bibliográfica) entre o Reino de Portugal, tendo à frente dos seus destinos D. João V, e o império da China, sob a governação de Kangxi.

Assinale-se que já em 1721 Kangxi tinha enviado a D. João V um presente de significativas proporções. Há a registar, no entanto que todos esses valores se perderam no incêndio da nau *Rainha dos Anjos*⁶²

Entretanto no ano seguinte o mesmo D. João V recebeu, em 22 de Dezembro, uma embaixada de Kangxi, que se fazia acompanhar do Pe. António de Magalhães. Os valores então recebidos pelo monarca português foram avaliados “em 300.000 cruzados”⁶⁶.

Os diplomatas chineses então episodicamente em Portugal estavam longe de saber que não voltariam a ver mais Kangxi, o seu suserano. Apenas oito dias depois, em 30 de Dezembro, este faleceu em Pequim, vindo-lhe a suceder Qianglong à frente dos destinos do império, em 1722.

Não muito tempo depois, em 1726, D. João V - naturalmente que já sabendo da entronização de Qianglong - enviou a este uma

⁶¹ Biblioteca da Ajuda, códice 49-V-1 I, fis. 519-521 v.

⁶² A preparação deste (outro) catálogo ocorreu, necessariamente, antes da morte deste missionário, em 1653.

⁶² Vide "Catálogo dos livros que os nossos tem feito na China" in nosso estudo *A propósito do Quarto Centenário do Primeiro livro impresso em Macau com caracteres tipográficos móveis: o Christiani Pueri Institutio de João Bonifacio (1588)*. Este trabalho serve de introdução à edição anastática dessa obra, feita em Macau, a cargo do Instituto Cultural desse território, em 1988.

⁶⁴ Deste catálogo o bibliógrafo Jack Braga deu uma primeira (e sumária) descrição in *Primórdios da Imprensa em Macau* (Macau, edição do Boletim Eclesiástico da Diocese 1965) 16, n. 19.

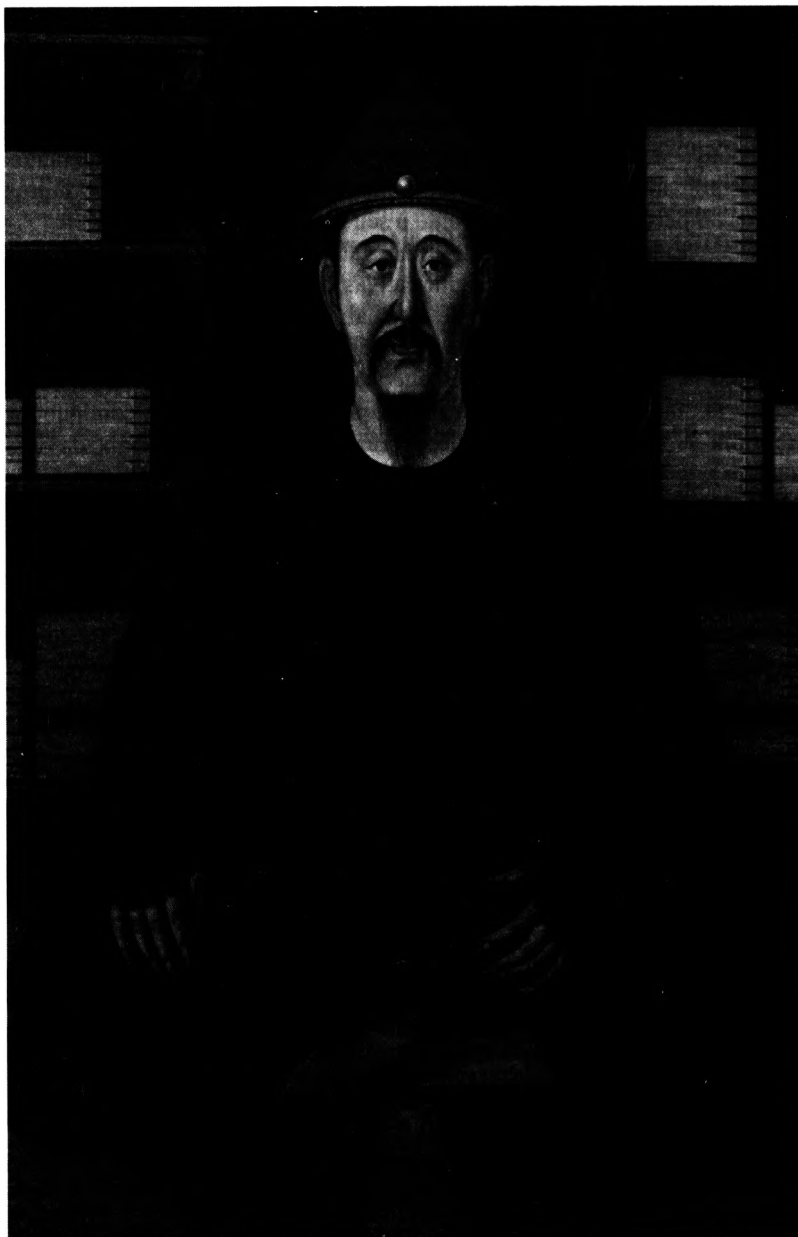
⁶² Carlos Alexandre de Moraes, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, edição ant.cit. (1993) 193.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, 194.

182



Kangxi, imperador da China (1654-1722)



183

Kangxi, imperador da China

embaixada⁶⁷. Esta, com grande fausto, era chefiada por Alexandre Metelo de Sousa e Menezes e comportava bens de vária natureza no valor de 150.000 cruzados⁶⁸.

A biblioteca (presumivelmente várias colecções de livros impressos no Reino) que D. João V enviou a Qianglong, poderá ser perspectivada em termos de valor mais cultural que venal. Consideramos a possibilidade de se tratarem de obras impressas em Lisboa e outros pontos do país, sobretudo já durante o seu reinado, desde 1707.

Entre estas colecções não faltavam, decerto, alguns livros impressos em uma das mais significativas oficinas tipográficas lisboetas. Era o caso de obras da oficina de Pascoal da Silva e do filho deste - que lhe sucedeu à frente da mesma - José António da Silva⁶⁹, como por exemplo a primeira parte da *Colleçam dos documentos, estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa* (que continuou a imprimir-se, como é sabido, já depois do embarque desta embaixada para a China).

Há a considerar - de igual modo neste âmbito da História da Leitura - as relações culturais, mais especificamente bibliográficas, entre o império da China (através dos jesuítas que então ainda se encontravam ali activos), a Academia estabelecida em S. Petersburgo e o papado em Roma. Tal sucedeu com várias remessas para a Europa de livros impressos, grande parte deles em caracteres chineses, mesmo que os expedidores tivessem a certeza de que nesses destinos os públicos a saberem língua chinesa eram muito reduzidos.

Entre outros exemplos que poderiam ser aqui apresentados há a registar o caso de terem sido enviadas em Maio de 1737 - com destino a Academia de S. Petersburgo - duas remessas de livros⁷⁰. Estes foram então acompanhados por uma carta do Reitor André Pereira, em funções no império da China.

⁶⁷ Alguns elementos sobre as embaixadas de Portugal à China no século XVIII, podem ser encontradas no capítulo [VIII] "Relações diplomáticas com o Extremo Oriente" in *Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V*, de Eduardo Brazão, Porto, Livraria Civilização, 1938, 2 vols. [1.º vol. pp. 451-473]; e, também, na obra, do mesmo autor, *Apontamentos para a Historia das Relações Diplomáticas de Portugal com a China, 1516-1753* (Lisboa, Agencia Geral das Colonias 1949).

⁶⁸ Carlos Alexandre de Moraes, edição ant.cit. (1993) 195.

⁶⁹ Veja-se "Famílias de impressores Silva" (por M.C.M.), no tocante ao período cronológico aqui referenciado de 1716 a 1726, in *Revista Portuguesa de Historia do Livro*, n.º 7 (Lisboa 2001) 229-235 e 237.

⁷⁰ P. Francisco Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuíta - Leis e Factos*, 1917,315.

Algumas conclusões

Pelo exposto pode concluir-se que no reinado do imperador Kangxi - de que comemoram agora os 350 anos do nascimento - e durante o reinado do seu sucessor Qianlong, os jesuítas tanto em Macau como na China desenvolveram as suas acções de missionação (que comportaram inclusive múltiplos e continuados trabalhos impressos e xilogravados) sob uma forte organização eclesiástica e administrativa.

Através dos registos catalográficos apresentados, pode estabelecer-se que ao longo do século XVII se imprimiu e xilografou, pelo menos, cerca de uma dezena de obras em caracteres das línguas da Europa, bem como várias dezenas de obras exclusivamente em caracteres chineses.

Para o século XVIII, por sua vez, os registos catalográficos que aqui se apresentam indicam também cerca de uma dezena de obras nas mesmas línguas ocidentais bem como um número razoavelmente grande de obras em caracteres chineses (que também importam ser quantificadas e estudadas).

Tendo ainda sido analisadas as circunstâncias em que decorreu a extinção da Companhia de Jesus na China - por via do breve *Dominus ac Redemptor*, de 1773 - perspectivaram-se as consequências dessa medida, tanto no domínio civilizacional e religioso como no da produção tipográfica e xilográfica naquela região.

Não deixa de ser ainda interessante verificar aspectos específicos relativos à História da Leitura e ao intercâmbio de obras tipográficas e xilográficas entre alguns países da Europa e o império da China e vice-versa. Foi o caso do sucedido com a Córte de D. João V ou a Academia de S. Petersburgo.

Bibliografia essencial (1892-1990)

[1892] Viñaza, Conde de la, *Escritos de los Portugueses y castellanos referentes a las lenguas de China y el Japon*. Estudio Bibliographico [Congresso Internacional de Orientalistas, Lisboa, 1892], (Saragoça, Imprensa "de la Derecha" 1892).

[1904-1907(1922)] Cordier, Henri, *Bibliotheca Sínica, Dictionnaire Bibliographique des Ouvrages relatifs a l'Empire Chinois*, Paris, 1904-1907 [vol. de Indices, 1922], obra objecto de reedição, em fac-símile, em Bruxelas, em 1963.

[1928-1929] [e 1951-52] Streit, Robert; Dindinger, Johannes, *Bibliotheca Missionum* [a partir de 1916 e num total de 25 vols, que se prolongaram até 1967]. Ver, sobretudo, vol. IV e vol. V (respectivamente de 1928 e 1929), e vol. XV e vol. XVI, respectivamente de 1951 e 1952.

[1932-1934] Pfister, Pe. Louis, da Companhia de Jesus, *Notices Biographiques et Bibliographiques de tous les membres de la Cie. de Jesus que ont vécu en Chine*, Xangai, 1868-1875, 2 vols.; não trabalhamos nesta edição do autor, mas sim na: *Notices Biographiques et Bib. sur les Jésuites de l'Ancienne Mis. de Chine*, Xangai, 1932-1934.

[1945] Bernard, Henri, «Les adaptations chinoises d'ouvrages européens. Bibliographie chronologique depuis la venue des Portugais à Canton jusqu'à la Mission Française de Pékin», in Revista *Monumenta Serica*, vol. X, 1945: Iª. Parte, 58 pp; 2ª. Parte, 309-388.

[1947] Boxer, Charles, "Some Sino European Xylographic Works, 1662-1718", in *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, 1947, 119-215.

[Séc. XX (após 1950)] Biblioteca da Real Academia da História, Madrid, *Indice de los Manuscritos que poseyo la Biblioteca de San Isidro y Fueron trasladados a Iª de las Cortes* (hoje na B. da Real Academia da Historia), Madrid, s/ data, texto dactilografado, 40 págs. [em particular 30-31, referente a *manuscritos* (sic) chinos;

[1965] Braga, Jack M., *Primórdios da Imprensa em Macau*, (Macau, Edição do Boletim Eclesiásticos da Diocese de Macau 1965) [em particular *Apêndice* //, págs. 110-115.

A Imprensa ao serviço do Padroado Português no Oriente

[1990] Matos, Manuel Cadafaz de, *A Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa no Oriente nos Séculos XVII e XVIII*, (Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa 1990), (policopiado), em particular no vols. I e II. Abarcando esta dissertação a História da Imprensa missionária nos territórios da Índia, da China e do Japão, naturalmente que apenas uma das suas três partes interessa, neste âmbito, aos investigadores e bibliógrafos que pretendam obter linhas orientadoras neste sentido.

[1993] Matos, Manuel Cadafaz de, “Alguns dados para a História da Leitura a partir de catálogos bibliográficos macaenses (1584-1700)”, in *Actas do Congresso Internacional Missionação portuguesa e encontro de culturas* [Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 30 de Abril - 3 de Maio de 1992], (Lisboa, UCP 1993), vol. II, 407-444.

Nota iconográfica: Dos retratos (em pintura) que se apresentam neste estudo, sete são obtidos da obra do Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese - II* (referenciada atrás na nota 2); e um deles, o do Frei D. Alexandre de Gouveia, a partir de um quadro pertencente ao Museu de Évora, restaurado sobre os auspícios da Fundação Oriente.